

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ

THE IMPORTANCE OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM FOR RURAL SETTLEMENTS IN THE MUNICIPALITY OF MACAPÁ

Autores: Josimar Santos de Aviz
Universidade Federal do Amapá
e-mail: jothasantos21@gmail.com

Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala
Universidade Federal do Amapá
e-mail: cfchelala@gmail.com

Charles Achcar Chelala
Universidade Federal do Amapá
e-mail: charleschelala@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT).11. Elaboração e análise de políticas agrícola e públicas de desenvolvimento rural

Resumo

A política de assentamentos rurais na Amazônia constitui-se em um tema que, invariavelmente, ocupa a agenda de sustentabilidade na região. Muito em função de alguns equívocos cometidos quando da concepção do projeto que transformou esta política em um dos vetores de desmatamento e bolsões de pobreza da região. Um conjunto de políticas públicas foram e são criadas objetivando dotar os Projetos de Assentamentos (PA) de condições que induzam à autonomia econômica e possibilitem atenção à saúde, educação e assistência social. Este trabalho analisa a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os assentamentos rurais do município de Macapá, capital do Estado do Amapá. Além da pesquisa bibliográfica e documental, realizou-se um levantamento de campo amostral em três assentamentos do município: o PA Corre Água, o PA Santo Antônio da Pedreira e o PA Padre Josimo. Aplicou-se o método de bola de neve, no qual se utiliza da rede de relações existentes entre os indivíduos de uma determinada comunidade para a obtenção das respostas aos questionamentos da investigação. Concluiu-se que o PAA é acessado de forma muito residual pelos assentados, revelando a incapacidade da política pública de estimular e fortalecer a agricultura familiar nessas comunidades rurais.

Palavras-chave: agricultura familiar – política pública – Amazônia – economia

Abstract

The policy of rural settlements in the Amazon is a topic that invariably occupies the sustainability agenda in the region. Largely due to some mistakes made when designing the project that transformed this policy into one of the vectors of deforestation and pockets of poverty in the region. A set of public policies were and are created with the aim of providing Settlement Projects (PA) with conditions that induce economic autonomy and enable health care, education and social assistance. This work analyzes the importance of the Food Acquisition Program (PAA) for rural settlements in the municipality of Macapá, capital of the State of Amapá. In addition to bibliographic and documentary research, a sample

field survey was carried out in three settlements in the municipality: PA Corre Água, PA Santo Antônio da Pedreira and PA Padre Josimo. The snowball method was applied, in which the network of relationships existing between individuals in a given community is used to obtain answers to the research questions. It was concluded that the PAA is accessed in a very residual way by the settlers, revealing the inability of public policy to stimulate and strengthen family farming in these rural communities.

Keywords: family farming – public policy – Amazon – economy

1. Introdução

É possível afirmar que a disputa pela terra no Brasil se iniciou antes mesmo da conquista pelos portugueses no ano de 1500. Isto porque em 1494 foi assinado o Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Espanha, demarcando as terras no período das Grandes Navegações. Os conflitos fundiários foram constantes durante todo o período colonial, perdurando em todas as etapas da república.

Em tempos recentes e de forma sistematizada, foi após o processo de redemocratização do país, que o INCRA passou a executar a política de reforma agrária a partir da criação de assentamentos rurais, como forma de buscar atender à forte pressão de trabalhadores rurais e mitigar os conflitos advindos da luta pela terra.

Importa evidenciar algumas distinções existentes na política pública voltada ao ordenamento ou ao reordenamento fundiário no Brasil. Destacam-se os projetos de colonização iniciados na Amazônia no início da década de 1970, ainda durante a ditadura militar, cujo objetivo era estimular a transferência de migrantes para a região, sobretudo da região Nordeste, para trabalhar nos projetos de ocupação econômica da região. Com isso, os projetos de colonização foram a prioridade da política de ordenamento dos recursos fundiários.

Entretanto, a demanda que emergiu dos movimentos sociais estava vinculada à reforma das áreas rurais, isto é, o processo de desapropriação, aquisição e destinação de terras aos trabalhadores sem-terra. Como também outras modalidades de assentamentos rurais que foram sendo formatados para atendimento de realidades específicas, destacadamente os projetos de assentamento agroextrativistas criados na Amazônia, consequência inicial da luta dos seringueiros, que têm a finalidade de regularizar a situação fundiária das comunidades tradicionais para que possam acessar os programas e as políticas públicas do setor rural.

A política de assentamentos rurais é permanentemente debatida no país, especialmente os assentamentos criados, pelo INCRA, na Amazônia, vetores de parcela do desmatamento na região. Outro ponto que se discute é a necessidade de políticas públicas horizontais e verticais capazes de dinamizar as atividades rurais em assentamentos que permanecem em condições de elevada precariedade.

Este trabalho tem o objetivo de investigar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em assentamentos rurais do município de Macapá, capital do Estado do Amapá, que é umas das menores unidades da federação brasileira, com 142.815 milhões de km². Localizado na porção setentrional leste da Amazônia, possui 72% de seu território com algum tipo de proteção legal: unidades de conservação, territórios quilombolas, terras indígenas e área militar e uma população estimada em 733.508 habitantes (IBGE, 2023).

Macapá, a capital, situa-se na região sudeste do Estado, à margem esquerda do rio Amazonas. Possui estimados 442.933 habitantes (IBGE, 2023) e significativas extensões de

áreas com aptidão para a agricultura, além de representar o principal centro consumidor do Estado. A partir do ano 2000 começaram a ser criados os assentamentos rurais na capital. Atualmente Macapá possui catorze assentamentos, dos quais quatro são na modalidade Projeto de Assentamento (PA), e os demais dez assentamentos foram criados na modalidade Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), para as denominadas atividades ambientalmente diferenciadas.

Foram selecionados os Projetos de Assentamentos instalados ou acessados pela rodovia estadual AP-70, uma das mais importantes estradas amapaenses, em razão de conectar áreas agrícolas e de pecuária que contribuem para o abastecimento dos núcleos urbanos do Estado.

2. A política de reforma agrária no Brasil

2.1 Antecedentes

A década de 1950 é marcada pelo agravamento dos conflitos agrários no Brasil. Com a instauração da ditadura militar, em 1964, foram tomadas algumas medidas, no sentido de tentar dar respostas a esses conflitos, como a edição da Lei n.º 4.505/1964, o Estatuto da Terra, em vigência até a atualidade, a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que foram fundidos no ano de 1970 dando origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Naquele período, o intento dos governos da ditadura era induzir a colonização da Amazônia estimulando o ingresso de migrantes sem-terra, particularmente da região Nordeste do país. O insucesso desta política é uma das causas do histórico de violentos conflitos agrários na Amazônia, os quais perduram até os dias atuais. Assim mesmo, a Amazônia é a região brasileira com o maior número de assentamentos do país e o maior número de famílias assentadas.

O processo de redemocratização brasileira deu uma outra característica à essas políticas, uma vez que a reforma agrária era uma das principais bandeiras da luta popular no país. Figueredo *et al* (2020) afirmam que a reforma agrária no Brasil ocorreu sobre forte pressão dos movimentos sociais. Nesta mesma direção, Caume (2000) afirma que a política de reforma agrária só começou a ser efetivamente executada, após a pressão dos movimentos sociais por meio de ocupações de latifúndios.

Dada a natureza conflituosa, a reforma agrária, de tempos em tempos é ativada ou desativada da pauta política dos governos (Figueredo *et al*, 2020). Com isso, é possível inferir a sua importância quando do resgate da democracia brasileira, em meados da década de 1980, executada por meio da criação de assentamentos para os trabalhadores rurais.

A criação do assentamento, a distribuição dos lotes e a sua estruturação é a finalidade da política de reforma agrária no Brasil. Entretanto, Mattei (2012) observa que reforma agrária significa uma modificação radical da estrutura agrária de um país. O autor destaca que a criação de assentamentos rurais são políticas que perdem seu potencial transformador da estrutura agrária de um determinado país e se tornam meros mecanismos de apaziguamento social, uma vez que o processo de concentração de terra permanece intacto (Mattei, 2012).

O assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo INCRA em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família beneficiada deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas. A quantidade de lotes ou parcelas num

assentamento é definida a partir de estudo de capacidade de geração de renda do imóvel. O estudo aponta a destinação agropecuária dos lotes, a quantidade de famílias assentadas, a viabilidade econômica da exploração, a disponibilidade de água e outras condições com impacto na capacidade produtiva (INCRA, 2021).

2.2 Modalidades de Assentamentos Rurais

As peculiaridades geográficas, econômicas sociais e históricas das regiões e de espaços territoriais no interior do Brasil originou a formação de diversas modalidades de assentamentos rurais, divididos em dois grandes grupos: os assentamentos rurais criados pelo INCRA e os assentamentos rurais reconhecidos pelo INCRA.

No primeiro grupo encontram-se os Projetos de Assentamentos (PA), os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDF), Projetos de Assentamento Florestal (PAF) e o Projetos Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS) (INCRA, 2021).

No segundo grupo classificam-se as seguintes modalidades: Projeto de Assentamento Estadual (PE), Projeto de Assentamento Municipal (PAM), Reservas Extrativistas (RESEX), Território Remanescente Quilombola (TRQ), Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP), Reassentamento de Barragem (PRB), Floresta Nacional (FLONA) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) (INCRA, 2021).

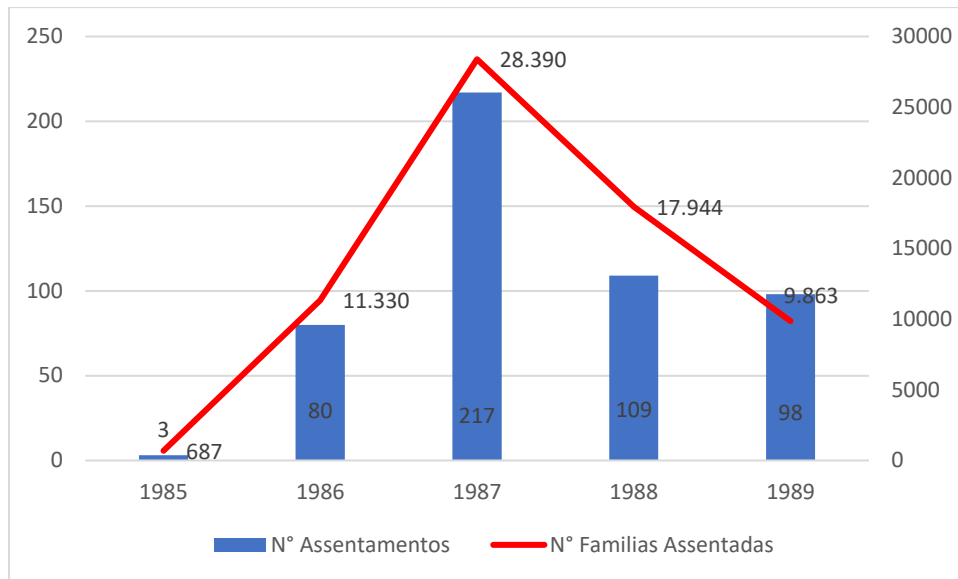
3. A política de criação e reconhecimento dos assentamentos rurais do governo federal

Costuma-se analisar a política de reforma agrária brasileira pelo desempenho dos governos federais a partir da redemocratização. Inicialmente o governo Sarney, período em que foi promulgado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e se passou a estabelecer metas para assentar famílias de trabalhadores sem-terra, seguido do período Collor e Itamar, de pouca expressividade na execução das metas de assentamentos rurais no Brasil.

Segundo dados do INCRA (2023) no governo do Sarney (1985-1989) foram criados 507 assentamentos rurais e foram assentadas 68.214 famílias. Destaca-se que 81,65% dos assentamentos criados nesse período foram em terras desapropriadas.

No primeiro ano de governo foram criados apenas três assentamentos, sendo assentadas 687 famílias. Em 1987 foi o ano em que houve o maior número de assentamentos criados sendo assentadas 28.380 famílias. O Gráfico 1, a seguir, apresenta este desempenho no decorrer do mandato presidencial de José Sarney.

Gráfico 1: Número de assentamentos criados e famílias assentadas no governo José Sarney (1985 - 1989).



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

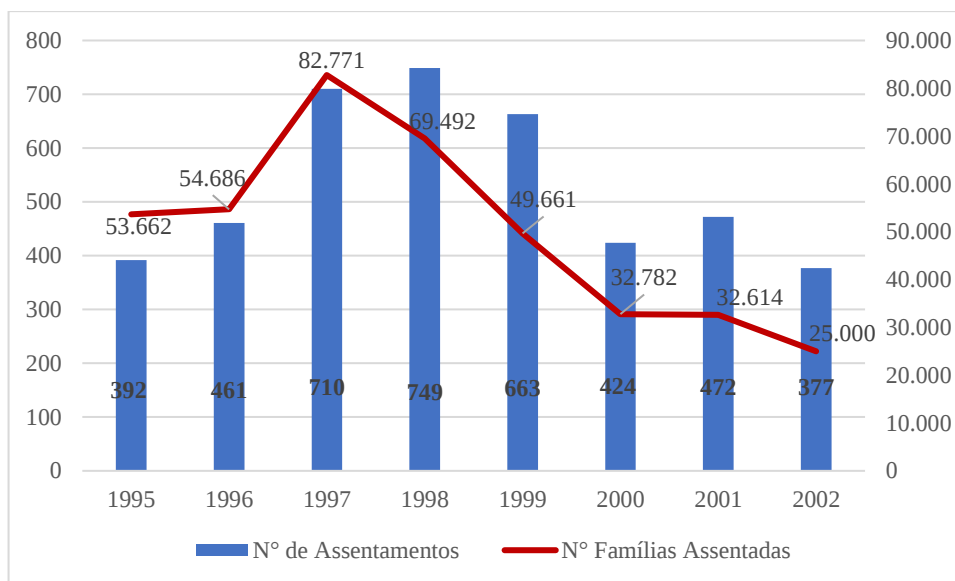
Nos governos de Fernando Collor e Itamar Franco (1990-1994) houve uma redução de 28,2% e 31,98% na criação de assentamentos e famílias assentadas respectivamente, evidenciando um declínio na política de reforma agrária no Brasil, tendo sido assentadas 46.394 famílias em 364 assentamentos.

No governo Fernando Henrique Cardoso registrou-se um expressivo número de assentamentos criados, mas também foi um período de importantes ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e consequentes conflitos no campo, como por exemplo o dia 17 de abril de 1996, marcado pela ocupação do maior latifúndio do Estado do Paraná, com uma área aproximada de 86 mil hectares, pertencentes a um grupo empresarial proprietário de uma madeireira no mesmo local.

Atualmente a área é considerada o maior complexo da reforma agrária na América Latina, com mais de cinco mil famílias assentadas ou acampadas (MST, 2021). Esta é a data também do Massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, no qual famílias de trabalhadores rurais sem terra seguiam em direção à Belém, e a polícia estadual foi acionada para liberar a rodovia PA-150. A violenta desobstrução levou ao assassinato de dezenove sem-terra, que morreram no local, outras 69 vítimas foram levadas ao hospital (MPPA, 2021).

Foram criados 4.248 assentamentos, o maior número entre 1985 e 2022, destaca-se que 70,85% dos assentamentos criados foram em terras desapropriadas pelo governo. O Gráfico 2, a seguir, apresenta o número de assentamentos criados e de famílias assentadas neste período.

Gráfico 2: Número de assentamentos criados e famílias assentadas no governo FHC (1995 - 2002).



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

De acordo com Passini e Schneider (2020), o governo FHC adotou os preceitos neoliberais, propondo um desenvolvimento endógeno com o propósito de diminuir a presença e atuação do Estado, enquanto, o governo Lula apostou no desenvolvimento endógeno como forma da sociedade apropriar-se da riqueza gerada, tendo o Estado como entidade promotora de desenvolvimento.

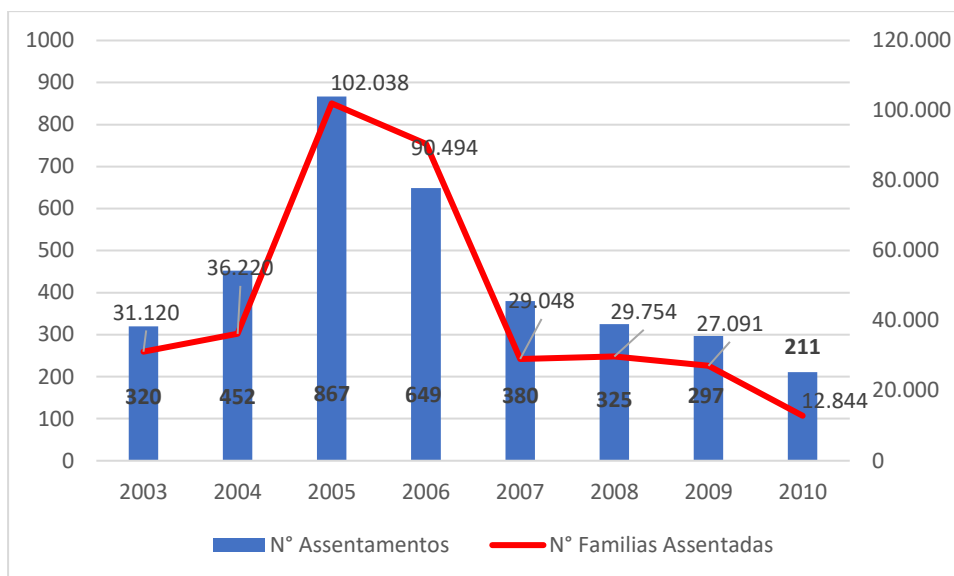
Durante o governo Lula, houve grande expectativa de avanço na implementação da reforma agrária. Já em 2003 foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), o qual previa “democratizar o acesso à terra e fortalecer expressivamente a agricultura familiar e camponesa, nas bases do desenvolvimento territorial sustentável, em um modelo agrícola que contemplasse as especificidades e demandas de cada região”. O plano foi aprovado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA/INCRA. Isso se deu principalmente, devido ao ambiente político da Reforma Agrária em 2003 ser considerado favorável, envolvendo os movimentos sociais, os ruralistas e o governo. Os ruralistas, evidentemente foram grandes opositores da reforma agrária.

O II PNRA aprovado foi considerado um retrocesso em relação ao primeiro Plano, pois, além de ter preservado as características anteriores, reduziu a meta de famílias assentadas de 1 milhão para 400 mil famílias. Segundo Cardoso (2009), isso ocasionou o afastamento dos setores populares e, concomitantemente, se aproximando da burguesia nacional, dando continuidade, assim, ao modelo neoliberal do antecessor.

Vecina (2012) faz críticas ao II PNRA, com destaque para os projetos denominados participativos, dizendo que o processo é feito sem que o Governo especifique o orçamento para cada tipo de ação, não especifica as áreas prioritárias, não organiza espaços para que haja estes encontros de carácter participativo e, principalmente, o plano de uma certa forma, desarticula os movimentos e organizações sociais e impõe modelos determinados pelo mercado.

O Gráfico 3, a seguir, apresenta o número de assentados criados e de famílias assentadas no governo Lula.

Gráfico 3: Número de assentamentos e famílias assentadas no governo Lula (2003 - 2010).



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Durante os dois mandatos do presidente Lula foram criados 3.501 assentamentos, assentando 358.609 famílias. Destaca-se que 46,84% dos assentamentos criados foram em terras desapropriadas, e 22,27% em áreas já ocupadas e foram reconhecidas como assentamentos para poderem acessar os benefícios das políticas de reforma agrária, como títulos da terra e empréstimos financeiros.

Destaca-se, no Gráfico 2, acima, o ano de 2005, no qual foram criados 867 assentamentos e 102.038 famílias, observa-se também que, após esse ano houve uma redução gradativa na criação de assentamentos, sendo que no seu último ano de governo foram criados apenas 211 onde foram assentadas 12.844 famílias.

No governo Dilma Rousseff, assim como no governo Lula, havia a esperança de avanço na política agrária, porém isso não aconteceu. Dilma também sofreu críticas do movimento pela reforma agrária devido à diminuição da quantidade de terras destinadas para assentamento, como pelo represamento deliberado dos processos de desapropriação, sendo que, conforme dados do INCRA, entre 2011 e 2015, o governo assentou 133,6 mil famílias, ou seja, a metade de assentados quando comparado ao governo Lula no primeiro e no segundo mandato.

De acordo com Lucena (2019) o ano de 2012 foi o que apresentou o menor número de famílias que conseguiram obter algum pedaço de terra através das realizações de assentamentos pelo Governo e em seu programa de governo (2011-2014), não existe uma proposta elaborada diretamente para a reforma agrária.

O ano de 2015 apresentou o pior resultado em comparação aos anos anteriores e umas das justificativas para esse cenário, foi a política de ajuste fiscal que cortou os recursos do setor e o fortalecimento do agronegócio. E foi apenas em 2016, que Dilma Rousseff assinou 21 decretos de desapropriação, pouco antes do processo de impeachment. No entanto, Barbosa (2019) diz que o governo Dilma atribui o fracasso ao discurso de que a prioridade não era tão somente criar áreas de assentamento, mas o investimento na estruturação dos assentamentos sob o ponto de vista da infraestrutura, créditos de instalação às famílias e assistência técnica.

Leite, Tubino e Sauer (2019) consideram que “nos últimos anos, a agenda agrária brasileira foi duramente atacada pelo conservadorismo político e que algumas políticas, sendo uma delas a lei agrária, atenderam interesses do agronegócio e de setores agroexportadores e multinacionais. Tais agressões foram ampliadas depois do golpe de 2016, quando forças

conservadoras pautaram suas agendas históricas com mais robustez no Congresso Nacional e no Poder Executivo”.

Após o impeachment de Dilma, Michel Temer assumiu a presidência do país e as políticas relacionadas à reforma agrária não tiveram avanço. Foi o então presidente Temer que assinou a Medida Provisória 726/2016, extinguindo o Ministério de Desenvolvimento Agrário e o fundiu com o de Desenvolvimento Social, criando o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), o que ocasionou problemas de gestão, devido divergências políticas existentes dentro dessa nova estrutura, e ainda em seu governo, diversas outras mudanças negativas para o cenário agrário ocorreram, como por exemplo, a desestruturação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o cancelamento da chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a desarticulação do corpo técnico capacitado do MDA.

Barbosa (2019) ressalta que no governo Temer foram realizadas uma série de medidas que enfraqueceu os programas voltados para a política de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar. Nos anos de 2017 e 2018, praticamente parou a aquisição de novas terras para fins de reforma agrária e em seu governo foi sancionada a Medida Provisória 759, convertida em Lei 13.465 de 11 de julho de 2017, a qual direcionou a política agrária não mais para a obtenção de terra, mas para a titulação provisória e definitiva de forma individual dos assentados da reforma agrária.

Alentejando (2020) traz à tona a discussão de que, a prioridade estabelecida pelo governo Bolsonaro para o agronegócio como base para o desenvolvimento do campo brasileiro, aprofundou tendências que vinham se delineando desde o segundo mandato do governo FHC, atravessaram os governos petistas de Lula e Dilma e desaguarão no governo Temer.

Essa falta de prioridade para as políticas agrárias se intensificou no período de 2016 a 2022 e, conforme Held e Botelho (2021), o governo federal diminuiu drasticamente as verbas destinadas para o INCRA, seja para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, bem como para diárias para os servidores realizarem visitas às comunidades e, mais ainda referente aos recursos orçamentários destinados às indenizações nos processos de desapropriação. A desidratação orçamentária teve início no governo de Dilma Rousseff, recrudescendo no governo interino de Michel Temer e praticamente zerou no governo de Jair Bolsonaro.

O governo Bolsonaro, desde sua campanha, já demonstrava seu comprometimento com a defesa dos interesses do agronegócio e dos ruralistas, inclusive, chegou a declarar que se ganhasse a eleição não realizaria novas demarcações de terras. Ademais, Bolsonaro afirmou que as ações de movimentos como o MST deveriam ser tipificadas como terroristas e incentivou que ruralistas e latifundiários usassem armas de fogo contra as ocupações. E após a eleição, nomeou pessoas para ministérios relacionados a esta política, que defendiam políticas de desmantelamento, tanto do INCRA, quanto do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para a área ambiental, nomeou um ministro que possuía claramente uma agenda antiambiental e que defendia mudar todo regramento e simplificar normas relacionadas à proteção ambiental e à área de agricultura, de modo a evitar críticas e processos judiciais. Durante a reestruturação administrativa, Bolsonaro retirou o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) do MMA e o alocou no Ministério da Agricultura, indicando o ex-deputado ruralista à presidência do órgão (Jorge, 2022).

No governo Bolsonaro (2019-2022) foram criados 119 assentamentos sendo assentadas 4.149 famílias.

Na Tabela 1, a seguir, observa-se o número de assentamentos rurais e de famílias assentadas no Brasil, por período de 1985 a 2022.

Tabela 1 - Número de assentamentos rurais e famílias assentadas por período governamental no Brasil

	Assentamentos rurais	Famílias Assentadas
José Sarney (1985-1989)	507	68.214
Collor/Itamar (1990-1994)	364	46.394
Fernando H. Cardoso (1995-2002)	4.248	400.668
Lula (2003-2010)	3.501	358.609
Dilma (2011-2016)	604	35.667
Temer (2016-2018)	39	788
Bolsonaro (2019-2022)	119	4.149

Fonte: INCRA (2023)

A Tabela 2, a seguir, apresenta os dados referentes ao número de assentamentos rurais e de famílias assentadas na Amazônia por período governamental. Entre 1985 a 1989.

Tabela 2 - Número de assentamentos rurais e famílias assentadas por período governamental na Amazônia

	Assentamentos rurais	Famílias Assentadas
José Sarney (1985-1989)	140	33.313
Collor/Itamar (1990-1994)	112	31.014
Fernando H. Cardoso (1995-2002)	1.235	177.207
Lula (2003-2010)	1.119	219.010
Dilma (2011-2016)	178	12.717
Temer (2016-2018)	6	191
Bolsonaro (2019-2022)	28	774

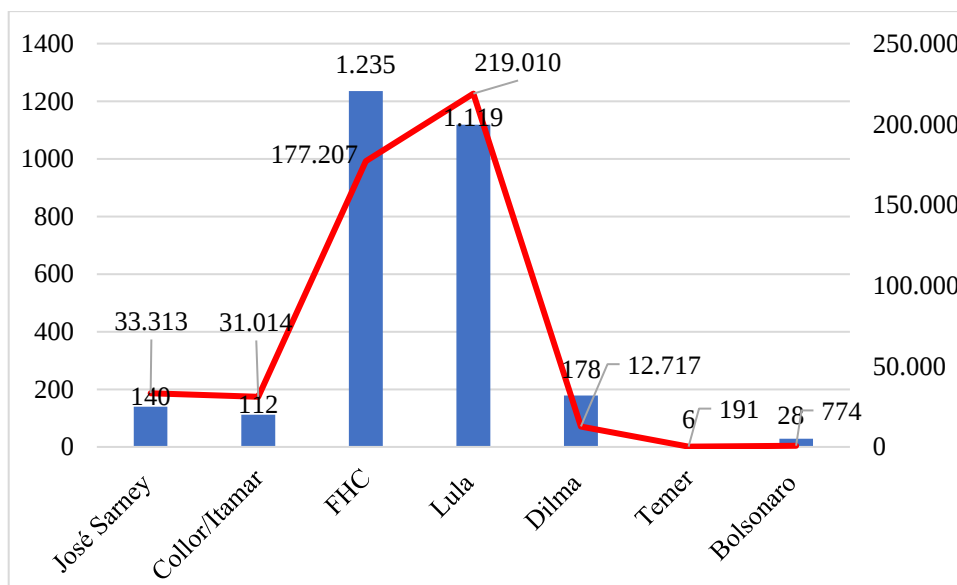
Fonte: INCRA (2023).

Entre os governos de José Sarney e Jair Bolsonaro foram criados 2.818 assentamentos onde foram assentadas 474.226 famílias. O governo de FHC foi o qual criou o maior número de assentamentos, ou seja, 1.235, e o governo Lula foi o que mais assentou famílias, um total de 219.010 (primeiro e segundo mandatos).

Os governos de Sarney e Collor tiveram desempenho semelhantes na criação de assentamentos na Amazonia, os dois governos criaram 252 assentamentos em oito anos. No governo FHC houve um significativo aumento, mantido no governo do presidente Lula.

Nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro, houve uma drástica redução, sendo criados apenas 212 assentamentos, assentando 13.682 famílias, o Gráfico 3 apresenta os dados da evolução dos assentamento e famílias assentadas nos períodos governamentais em questão.

Gráfico 4: Número de assentamentos e famílias assentadas na Amazônia (1985 a 2022).



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

4. Os assentamentos rurais do Estado do Amapá

No ano de 1988, o Amapá, foi elevado à categoria de Estado membro da União, com a promulgação da Constituição Federal. Em 1992 foi criada a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Esses fatos provocaram uma intensa migração para o Estado, principalmente de habitantes oriundos do interior do Estado do Pará e de nordestinos, mais acentuadamente do Estado do Maranhão, que vieram em busca de oportunidades, pressionando os equipamentos sociais e ampliando a demanda pelos recursos fundiários do Estado.

O primeiro assentamento rural criado no Amapá, nos moldes da política de reforma agrária do INCRA, foi o Projeto de Assentamento do Carnot, no ano de 1986, em uma área de 72.000 hectares, onde foram assentadas 295 famílias, predominantemente migrantes nordestinos. A criação de assentamentos rurais manteve-se pelas três décadas seguintes, conforme se pode observar na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Relação dos Assentamentos Rurais do Estado do Amapá

Assentamento	Município	Jurisdição	Área (ha)	Ano de criação	Famílias Assentadas	Taxa de ocupação
PA Carnot	Calçoene	INCRA	72.000	1986	295	96,41
PA Piquiazal	Mazagão	INCRA	26.000	1987	249	38,31
PA Perimetral	Pedra Branca	INCRA	34.000	1987	398	58,53
PAE Maracá	Mazagão	INCRA	569.208	1988	1.996	79,84
RESEX do Rio Cajari	Mazagão	ICMBIO	501.771	1990	1.409	93,93
PA Bom Jesus	Tartarugalzinho	INCRA	33.031	1994	384	85,33
PA Serra do Navio	Serra do Navio	INCRA	25.000	1995	116	46,40
PA Matão do Piaçaca	Santana	INCRA	42.904	1996	533	96,73
PA Cedro	Tartarugalzinho	INCRA	47.970	1996	582	97,00
PA Munguba	Porto Grande	INCRA	32.673	1996	355	54,70
PA Piquiá do Amapá	Amapá	INCRA	3.670	1997	67	100,00
PA Nova Colina	Porto Grande	INCRA	26.643	1997	271	87,70
PA São Benedito do Apore	Tartarugalzinho	INCRA	2.900	1997	50	92,59
PA Manoel Jacinto	Porto Grande	INCRA	16.390	1998	238	88,15
PAE Anauerapucu	Santana	INCRA	37.058	1998	519	100,00
PA Itaúbal	Itaúbal	INCRA	13.535	1998	159	63,60
PA Nova Vida	Tartarugalzinho	INCRA	9.511	1998	164	88,65

PA Cruzeiro	Amapá	INCRA	5.930	1998	68	70,83
PA Nova Canaã	Porto Grande	INCRA	20.554	1998	337	99,12
PA Pancada do Campi	Mazagão	INCRA	24.055	1998	398	99,50
PA Cujubim	Pracuúba	INCRA	13.000	1998	180	81,82
PA Governador Janary	Tartarugalzinho	INCRA	11.304	1998	148	74,00
PA Lourenço	Calçoene	INCRA	26.600	1999	244	91,73
PA Vila Velha do Cassiporé	Oiapoque	INCRA	28.000	1999	149	87,65
PA Corre Água	Macapá	INCRA	210.200	2000	99	94,29
PA Pedra Branca	Pedra Branca	INCRA	251.188	2000	299	74,75
PA Casulo Nazaré Mineiro	Laranjal do Jari	Municipal	3.000	2000	95	95,00
PA Mutum	Calçoene	IMAP	7.000	2002	80	88,89
PA Padre Josimo	Macapá	IMAP	352	2002	53	96,36
PA Dra. Mércia	Macapá	IMAP	571	2002	72	98,63
PA Igarapé Grande	Oiapoque	INCRA	3.662	2002	33	45,21
PA Ferreirinha	Ferreira Gomes	INCRA	5.389	2005	120	90,23
PDS Irineu e Felipe	Calçoene	INCRA	10.681	2005	172	80,75
PA Santo Antonio da Pedreira	Macapá	INCRA	736	2006	86	89,58
PAE Durável da Ilha de Curuá	Macapá	IMAP	26.777	2006	1.344	90,57
PAE Durável da Ilha do Marinheiro	Macapá	IMAP	1.946	2006	810	82,99
PAE Durável Ilha do Franco	Macapá	IMAP	10.501	2006	389	47,44
PAE Durável Ilha do Brigue	Macapá	IMAP	2.500	2006	548	72,11
PAE Ipixuna Miranda	Macapá	INCRA	2.849	2010	100	100,00
PAE Barreiro	Mazagão	INCRA	2.113	2010	100	100,00
PAE Foz do Mazagão Velho	Mazagão	INCRA	13.835	2012	297	99,00
PAE Sucuriçu	Amapá	INCRA	9.577	2012	130	100,00
PAE Nossa Senhora da Conceição	Macapá	INCRA	1.065	2013	74	92,50
PAE Carapanatuba	Macapá	INCRA	3.707	2013	129	64,50
PAE Igarapé Novo	Itaubal	INCRA	84	2013	35	87,50
PAE Ilha de Aruas	Vitória do Jari	INCRA	5.607	2014	73	66,36
PAE Capoeira do Rei	Cutias	INCRA	1.404	2014	16	32,00
PAE Jacitara	Cutias	INCRA	359	2014	7	28,00
PAE Terra Grande	Macapá	IMAP	38.731	2014	165	41,25
PAE Ilha do Faustino	Macapá	IMAP	2.500	2014	13	13,00
PAE Raimundo Osmar Ribeiro	Macapá	INCRA	307	2015	0	0,00
PAE Tartarugal Grande	Tartarugalzinho	INCRA	530	2015	33	39,29
PAE Ipixuna Grande	Itaubal	INCRA	1.714	2015	74	49,33
PAE Rio Macacoari	Itaubal	INCRA	2.154	2015	52	52,00

Fonte: INCRA (2021)

A Tabela 4, a seguir, apresenta a relação dos assentamentos do município de Macapá.

Tabela 4 – Relação dos Assentamentos Rurais do Município de Macapá

Assentamento	Município	Jurisdição	Área (ha)	Ano de criação	Famílias Assentadas	Taxa de ocupação
PA Corre Água	Macapá	INCRA	210.200	2000	99	94,29
PA Padre Josimo	Macapá	IMAP	352	2002	53	96,36
PA Dra. Mércia	Macapá	IMAP	571	2002	72	98,63
PA Santo Antonio da Pedreira	Macapá	INCRA	736	2006	86	89,58
PAE Durável da Ilha de Curuá	Macapá	IMAP	26.777	2006	1.344	90,57
PAE Durável da Ilha do Marinheiro	Macapá	IMAP	1.946	2006	810	82,99
PAE Durável Ilha do Franco	Macapá	IMAP	10.501	2006	389	47,44
PAE Durável Ilha do Brigue	Macapá	IMAP	2.500	2006	548	72,11
PAE Ipixuna Miranda	Macapá	INCRA	2.849	2010	100	100,00
PAE Nossa Senhora da Conceição	Macapá	INCRA	1.065	2013	74	92,50
PAE Carapanatuba	Macapá	INCRA	3.707	2013	129	64,50
PAE Terra Grande	Macapá	IMAP	38.731	2014	165	41,25
PAE Ilha do Faustino	Macapá	IMAP	2.500	2014	13	13,00
PAE Raimundo Osmar Ribeiro	Macapá	INCRA	307	2015	0	0,00
Total			302.742	-	3.882	70,23

Fonte: INCRA (2021)

De uma forma geral, os assentamentos rurais do Estado do Amapá, e do município de Macapá, caracterizam-se pelas grandes dificuldades para se produzir, especialmente pelas grandes carências infraestruturais, sobretudo a dificuldade de acesso pela falta de pavimentação das rodovias, ramais e vicinais, precariedade no abastecimento de energia e de conectividade. Além da inexistente assistência técnica e a falta de recursos para investimentos em veículos, máquinas e equipamentos.

5. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Criado em 2003, no primeiro ano do primeiro mandato do Presidente Lula, na esteira de uma promessa de campanha que era o Fome Zero, mas também para atendimento de pressões dos movimentos sociais do campo.

O objetivo do programa é fortalecer a agricultura familiar e combater a fome e a insegurança alimentar. De um lado, o PAA é um importante mercado institucional para a agricultura familiar e, de outro lado, tem o objetivo de fornecer alimentos para populações em situação de vulnerabilidade

De forma mais ampla pode-se destacar que os principais objetivos do PAA são: apoio à agricultura familiar, combate à fome e à insegurança alimentar, promoção da diversidade alimentar e nutricional e o fortalecimentos das economias locais.

O PAA é implementado por meio de várias modalidades, como compra direta, formação de estoques, apoio à produção e ao consumo de alimentos, e incentivo à inovação e à agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

O programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em parceria com outros órgãos do governo, incluindo o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Nesta direção ressalta-se a sinergia existente entre a política de assentamentos rurais e o PAA, destacadamente:

a. Mercado assegurado para a produção: O PAA oferece aos produtores de assentamentos um mercado garantido para seus produtos, o que contribui para a estabilidade de renda. Isso é particularmente importante para os assentados, muitos dos quais enfrentam desafios para acessar mercados convencionais.

b. Preços justos e sustentabilidade: Ao garantir preços justos, o PAA incentiva práticas agrícolas sustentáveis entre os agricultores familiares assentados, incluindo a produção orgânica e agroecológica.

c. Fortalecimento da comunidade: A participação no PAA pode ajudar a fortalecer as comunidades de assentamentos ao incentivar a organização coletiva e a cooperação entre os agricultores, induzindo a criação de cooperativas ou associações que facilitam a participação no programa.

d. Acesso a alimentos saudáveis: Os alimentos produzidos nos assentamentos e vendidos através do PAA são distribuídos a pessoas em situação de vulnerabilidade social, escolas, hospitais e outras instituições. Isso não só ajuda a combater a insegurança alimentar, mas também promove o consumo de alimentos frescos e saudáveis.

e. Desenvolvimento local: A interação entre os assentamentos e o PAA contribui para o desenvolvimento local, gerando empregos e promovendo o crescimento econômico nas áreas rurais. Isso pode ajudar a reduzir o êxodo rural e melhorar a qualidade de vida no campo.

No Estado do Amapá, o Programa de Aquisição de Alimentos desempenha um papel complementar na promoção da segurança alimentar, no apoio à agricultura familiar e no

desenvolvimento sustentável. Por meio de suas ações, o PAA no Amapá não apenas ajuda a combater a fome e a promover uma alimentação saudável, mas também contribui para a valorização da cultura local e a preservação da biodiversidade.

A execução dos recursos do PAA, no Amapá localizam-se concentradamente nos municípios de Mazagão, Porto Grande, Vitória do Jari, Macapá e Santana, conforme se pode observar na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5 – Execução do PAA – CPR-Doação por município do Estado do Amapá (2014-2022)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Amapá	343.997	176.000	271.999	-	-	-			
Calçoene	-	246.000	159.993	97.385	-				
Cutias	40.942								
Ferreira Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaubal	227.807	80.000	199.996	-	-		75.448		
Laranjal do Jari	860.998	359.997	367.999	-	-		231.995		
Macapá	314.431	395.095	250.040	333.131	119.999	-	404.101	-	-
Mazagão	4.413.951	2.365.999	1.757.401	7747.497	311.938	491.862	1.567.774	286.889	974.003
Oiapoque	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P. B. do Amapari		324.998	120.436	-	-				
Porto Grande	759.999	759.999	780.310	298.175			847.952		199.999
Pracuúba	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santana	1.697.298	722.825	915.996	418.114	-		153.445		
Serra do Navio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tartarugalzinho	111.999	176.000	191.997			79.598	402.698		
Vitória do Jari	527.998	288.600	147.857	199.998	300.000	67.334	79.377		270.120

Fonte: CONAB – Transparência Pública do PAA

6. Material e Métodos

O percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa consistiu em duas etapas. A primeira foi uma minuciosa revisão da literatura existente sobre o histórico dos assentamentos rurais no Brasil e no Estado do Amapá e, sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, que é a segunda categoria de análise deste estudo. Para tanto, recorreu-se a artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros, notícias publicadas nos sites do governo federal, especialmente o site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que mantém os dados relativos à execução do PAA.

Na segunda etapa foi realizada uma pesquisa de campo no período de janeiro de 2023 a março de 2024, em três Projetos de Assentamentos rurais do município de Macapá, a saber: o PA Corre Água e o PA Santo Antonio da Pedreira, cuja jurisdição é federal, e o PA Padre Josimo criado pelo governo estadual. Optou-se pelos assentamentos rurais localizados ou acessados pela rodovia AP -070, importante artéria de acesso às áreas agrícolas e pecuária, cuja produção abastece parte do mercado da cidade de Macapá.

Foram utilizados formulários semiestruturados, elaborados com perguntas fechadas e abertas, cujo objetivo era identificar questões importantes para a compreensão do trabalho, mas também oportunizar espaços para que o entrevistado pudesse destacar temas não contemplados nas perguntas fechadas, capazes de ampliar a compreensão sobre o contexto situacional. Cada

entrevista foi numerada, checada e catalogada, possibilitando a individualização de cada formulário de utilizado no campo.

A pesquisa foi amostral e, para tanto, aplicou-se o método de bola de neve (*snowball sampling*), introduzido por Coleman (1958) e Goodman (1961), no qual se utiliza da rede de relações existentes entre os indivíduos de uma determinada comunidade. O processo começa com a entrevista de uma pessoa na população-alvo, denominada *semente*, que, a seguir, será incumbida de indicar outras pessoas para a amostra. E assim sucessivamente, até que as respostas passem a ficar repetitivas se obtenha as informações desejadas.

7. Resultados e Discussão

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa documental e de campo realizada nos Projetos de Assentamento Corre Água, Santo Antônio da Pedreira e Padre Josimo.

Projeto de Assentamento Corre Água

O Projeto de Assentamento Corre Água, localizado na rodovia AP 70, totaliza uma área de 210,20 hectares. Os lotes possuem em torno de 50 hectares. Criado no ano de 2000 com capacidade para assentar 105 famílias, contudo, existem 98 famílias assentadas na atualidade.

O PA Corre Água possui dois ramais de acesso, sendo que um deles, até meados de outubro de 2023, não possuía redistribuição de energia elétrica, impossibilitando que os assentados residam no local.

Durante a realização da pesquisa de campo, parcela considerável das residências encontravam-se fechadas, provavelmente pelo motivo destacado anteriormente. Foram entrevistados 30 assentados, dos quais 27 informaram serem os detentores da primeira autorização de uso da terra. Observa-se que são os filhos dos assentados que trabalham nos lotes, sendo comum um único lote abrigar até três núcleos da mesma família. Os assentados entrevistados residem na agrovila do assentamento.

Contudo, como a maioria das casas encontravam-se fechadas no período de realização da pesquisa, existe a possibilidade de tais famílias residirem na cidade de Macapá, fato muito comum com relação aos moradores dos assentamentos existentes próximos à capital. Mantendo o lote no assentamento apenas como casa para o finais de semana ou para especulação imobiliária.

Dezenove assentados informaram possuir outra fonte de renda tais como: benefícios de programas de transferência de renda ou aposentadoria. Esses recursos representam a renda principal da família, sendo a produção agrícola do lote apenas complemento do orçamento doméstico.

A mandioca é a cultura produzida pela maioria dos agricultores, bem como a produção da farinha, que é uma característica das comunidades da região.

A falta de infraestrutura, especialmente energia, inviabiliza a plantação de culturas que precisam de irrigação no período de estiagem. No segundo ramal de acesso do Corre Água existe rede de distribuição de energia elétrica e foi possível observar uma diversidade maior de plantios. De acordo com os assentados, a irrigação aumenta a possibilidade de produzir variedades maior de culturas. Além da mandioca, os assentados produzem macaxeira, hortaliças em geral, coco, maracujá e pimentinha.

Outro problema relatado foi sobre as multas ambientais lavradas pelo órgão ambiental federal, em razão de desmatamento irregular, fato que tem afetado o cultivo de mandioca, refletindo, possivelmente, a falta de assistência técnica no assentamento.

A maioria dos assentados entrevistados adotam o sistema de corte e queima como técnica para preparo da área para plantio, com predomínio de áreas de quatro tarefas (uma tarefa equivale a uma área de 25 por 25 m).

Foi relatado ainda que, para o cultivo das culturas, era comum realizar a derrubada da vegetação e posteriormente, queimar para que a cultura pudesse ser beneficiada com a fertilidade proporcionada pela queima da vegetação. No entanto, com o aumento da fiscalização e com a lavratura de autos de infração ambiental pela prática irregular de supressão vegetal e queimada, esta conduta está sendo substituída pelo uso de máquinas para arar a terra e uso de adubos e fertilizantes.

A produção do assentamento é predominantemente comercializada nas feiras de Macapá, principalmente as feiras dos bairros Buritizal, Jardim Felicidade I e Novo Horizonte.

Dos 30 produtores entrevistados, apenas três vendem para o PAA. A principal razão alegada para a não comercialização da produção para o PAA foi que a venda direta é mais interessante, tendo em vista que recebem o dinheiro imediatamente, facilitando a aquisição de bens e serviços necessários à sua subsistência.

Projeto de Assentamento Santo Antônio da Pedreira

O PA Santo Antônio da Pedreira também está localizado na rodovia AP 70, distante aproximadamente 50 km da sede município de Macapá. Possui uma área de 735,92 hectares e capacidade para 96 famílias, contudo, abriga 85 famílias, com lotes que possuem em média 6 hectares. Criado no ano de 2006, este assentamento se localiza em área de cerrado.

Observou-se que alguns lotes os proprietários não residem, ficando no local apenas o caseiro, responsável pela vigilância do lote e de desenvolver atividade produtiva. Foram entrevistados 11 assentados.

Alguns dos assentados informaram que possuem outras fontes de renda, destacadamente recursos dos programas de transferência de renda e aposentadorias e, dois são autônomos, mas a produção do lote continua sendo a principal fonte de renda.

No assentamento existe infraestrutura que dá suporte às atividades produtivas, como: rede de distribuição de energia elétrica e poços para captação de água subterrânea que foram perfurados pelos próprios assentados. Possuem também um trator usado para arar a terra que foi disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Macapá, sendo que os assentados pagam o combustível e o operador da máquina.

Os entrevistados enfatizaram que ocorre com frequência a interrupção no fornecimento de energia elétrica. Outro ponto destacado foi a precariedade dos ramais de acesso, especialmente no período de chuvas, dificultando o escoamento da produção. Outros fatores que interferem negativamente é a falta de água nos poços durante o período de estiagem, o aumento dos preços de adubos e defensivos agrícolas, bem como, a reduzida frequência de assistência técnica.

Os principais produtos produzidos são pimentinha, coentro, cebolinha, salsa, couve, alface, pimentão, limão, quiabo, maxixe, feijão, berinjela, rúcula e feijão. A comercialização é realizada nas feiras e mercados da cidade de Macapá, principalmente nos bairros Buritizal, Jardim Felicidade I e Novo Horizonte.

Dos onze assentados entrevistados, apenas um vende para o PAA. Foi relatado pela maioria dos entrevistados que, apesar de estarem com a documentação em dia, não foram inseridos no programa em 2023, em razão da necessidade de se dar o incentivo financeiro para assentados que ainda não haviam sido contemplados pelo programa em anos anteriores.

Foi perceptível nas falas dos entrevistados que a venda para o PAA representa um benefício financeiro importante, visto que os produtos são mais valorizados e eles recebem o

valor de uma única vez por ano. Entretanto, o volume de produtos vendidos não é tão significativo em relação à capacidade de produção.

Assim sendo, os produtores preferem a venda direta para as feiras e para os atravessadores, pois vendem uma quantidade maior de produtos e conseguem manter a venda durante todo o ano.

Projeto de Assentamento Padre Josimo

O PA Padre Josimo é considerado um assentamento periurbano, criado em 2002, possui uma área de 352 hectares. Está subdividido em 56 lotes e localizado na comunidade Abacate do Pedreira, com acesso também pela rodovia AP 70. Os dados oficiais do INCRA apresentam 53, o número de famílias que moram no assentamento.

Durante a pesquisa de campo para a coleta de dados, foram entrevistados 10 assentados. Inicialmente, foi feita uma entrevista com o presidente da associação de moradores, que relatou que no assentamento, existem 100 famílias, número bem superior ao informado pelo INCRA. Das 100 famílias, 83 associadas e, apenas 16 famílias estão no local desde sua criação.

Este fato representa uma situação corriqueira relativa aos assentamentos rurais no Estado do Amapá, que é a comercialização dos lotes sem o conhecimento e autorização do INCRA.

O número de famílias é maior do que o número de lotes estabelecidos inicialmente pelo INCRA, devido esses lotes terem sido vendidos e divididos. Esse fato foi constatado durante as entrevistas, em que em um lote havia sido dividido em dois e moravam duas famílias. Ressalta-se que, um fator que merece destaque é com relação a rotatividade entre os donos dos lotes, identificado com maior frequência neste assentamento. Essa rotatividade pode ser atribuída a falta de infraestrutura e incentivo do governo para manutenção dos assentamentos.

Pelo fato deste assentamento estar mais próximo do mercado consumidor e ainda, devido ao tamanho dos lotes, que é de 5 hectares e em alguns casos, 2,5 hectares, por ter sido dividido em dois, a principal produção é hortaliças, verduras e frutas, como, laranja, limão, coco, murici, banana, mamão, pimentinha, macaxeira, açaí, maracujá etc.

Dos 10 assentados entrevistados, oito têm outra fonte de renda, como bolsa família, aposentadoria, autônomo e serviço público, sendo a produção agrícola representa uma complementação da renda familiar.

Os principais problemas relatados também se relacionam com as constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica, falta de manutenção dos ramais de acesso. Necessidade de um sistema de irrigação para o período da estiagem. Mas houve relatos sobre a falta de linhas de crédito voltadas para a agricultura familiar, possivelmente representado desconhecimento por parte dos entrevistados sobre o assunto.

A produção dos assentados em sua maioria é vendida nas feiras e mercados de Macapá. Dos dez assentados entrevistados, todos fazem parte da associação de moradores e apenas dois vendem para o PAA.

8. Considerações Finais

Os assentamentos rurais representam uma importante política pública para acesso à terra às famílias de produtores rurais sem condições de adquiri-la. Há muito se discute no Brasil, as consequências da execução desta política, sobretudo na Amazônia, onde os assentamentos são responsáveis por parcela considerável dos desmatamentos efetuados na região.

Nos últimos vinte anos assistiu-se à criação e implementação de políticas cujo objetivo é tornar esses projetos viáveis e prósperos. A criação dos mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o PAA, aqui estudado, representam o esforço do governo federal na direção de induzir e estimular a agricultura familiar.

De fato, é uma poderosa política pública que tem transformado a vida de agricultores e agricultoras em todo o país. Entretanto, os mercados institucionais são apenas uma parte da estratégia, outras políticas públicas são tão ou mais importantes. Especialmente em regiões carentes de infraestrutura de energia, abastecimento de água e logística de transporte, como é a realidade de grande parte dos assentamentos localizados na Amazônia.

Os Projetos de Assentamento Corre Água, Santo Antônio da Pedreira e Padre Josimo, em que pese encontrarem-se situados no município de Macapá, que é a capital do Amapá, possuem graves problemas de infraestrutura inviabilizando a própria produção.

Observa-se a preferência pelo plantio da mandioca em razão da dificuldade de irrigação das áreas agricultáveis. E, maior diversificação da produção em lotes que possuem poços artesianos. Ou seja, sem energia e água não é possível supor a possibilidade de manutenção e expansão da produção agrícola.

Outro ponto que se destaca é a falta de controle do INCRA sobre a gestão dos assentamentos. Como já abordado, o órgão foi desidratado no decorrer dos últimos anos. No Amapá é muito comum a comercialização explícita dos lotes no assentamentos rurais, com placas de venda expostas de forma ostensiva. Principalmente nos assentamentos mais próximos à capital. Fato que por si representa o descontrole e o insucesso da política pública.

Por outro lado, a gestão do PAA merece uma avaliação mais detida, que não é o propósito deste estudo. Chama a atenção a excessiva concentração do recursos no município de Mazagão. E, em muito menor proporção nos municípios de Porto Grande, Santana, Macapá. Assim como também municípios que jamais acessaram o PAA: Oiapoque, Ferreira Gomes e Serra do Navio, conforme se pode observar na Tabela 5.

Conclui-se que o Programa de Aquisição de Alimentos possui importância ínfima para os assentamentos localizados no município de Macapá, em parte pela incapacidade de produção que os assentados possuem, mas também pelas dificuldades, distorções e insuficiências na execução das políticas públicas analisadas.

A eficácia do PAA para os assentamentos do município de Macapá depende dos ajustes que o governo federal precisa encaminhar, principalmente no INCRA, a colaboração do governo estadual, das organizações da sociedade civil e outros parceiros locais, que são fundamentais para identificar as necessidades locais, apoiar os agricultores e garantir que os alimentos cheguem às populações que mais precisam.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. Revista da ANPEGE, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020.

BARBOSA, Ricardo Bruno de Lima A política da reforma agrária como mecanismo multiplicador na produção de alimentos da agricultura familiar. 2019. 59 f. : il. Disponível em:

https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/2051/1/tcc_ricardobrunodelimabarbosa.pdf . Acesso em 21 fev 2024.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm Acesso em 10 fev 2024.

CARDOSO, Carlos Alberto de Sousa. II Plano Nacional de Reforma Agrária: uma análise a partir dos assentamentos rurais em Roraima / Carlos Alberto de Sousa Cardoso. -- São Luis, 2009. 257 f. : il.

CAUME, D. J. 2000. Conflito social e reforma agrária em Goiás. In Estudos. Goiânia: UCG v.27 n.1. jan-mar.

COLEMAN, J.S. Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. Human Organization. v. 17, 1958 p. 28-36. Disponível em: <https://ethnographyworkshop.files.wordpress.com/> Acesso em: 09 dez.2023.

Companhia Nacional de Alimentos (CONAB). Transparência Pública do PAA. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/> Acesso em 03 mar 2024.

GOODMAN, L.A. Snowball sampling. Annals of Mathematical Statistics. v. 32, 1961. p. 148-170.

FIGUEREDO, Cléria; SILVA, Christian Luiz da. Política Pública e Reforma Agrária: uma análise dos principais indicadores da política de assentamentos rurais. Revista Grifos – nº 48 (2020). Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4982/2809> Acesso em 07 fev 2024.

HELD. Thaisa Maira; BOTELHO, Tiago Resende. Lutas por direitos socioambientais em Mato Grosso do Sul / São Paulo, SP: Liber Ars, 2021. 357 p.: il.; PDF; 8,89MB.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População – Censo 2022. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em 20 fev 2024.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Assentamentos. Publicado em 28.01.2020. Atualizado em 10.09.2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos> Acesso em 16 fev 2024.

JORGE, Aline Albuquerque. Território, paradigmas e as políticas públicas para o campo no governo Bolsonaro/Territory, paradigms, and public policies for the countryside in the Bolsonaro government/Territorio, paradigmas y las políticas públicas para el campo del gobierno Bolsonaro. REVISTA NERA, v. 25, n. 64, 2022.

LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís Godoy; SAUER, Sérgio. Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. Brasil: Incertezas e submissão, p. 171-190, 2019.

LUCENA, Sophia Monteiro Barbosa Gomes de Andrade. A questão agrária no Brasil: conflitos e mudanças ocorridas nos governos de Fernando Henrique Cardoso à Dilma Rousseff. 2019. 52 f. : 30 cm. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/42027/1/LUCENA%2c%20Sophia%20Monteiro%20Barbosa%20Gomes%20de%20Andrade.pdf>. Acesso em 21 fev 2024.

MATTEI. Lauro Francisco. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. Revista Estudos Sociedade e

Agricultura. Ano 20 – Volume 1 – abril de 2012. Disponível em: <https://revistaesa.com/>
Acesso em 17 fev 2024.

Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Caso que ficou conhecido como “Massacre de Eldorado dos Carajás” completa 25 anos. Publicado em 16.04.2021. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/> Acesso em 20 fev 2024.

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Reforma Agrária transforma antigo latifúndio da Giacomet Marodin em terra de fartura. Publicado em 19.04.2021. Disponível em: <https://pr.cut.org.br/> Acesso em 20 fev 2024.

PASSINI, João José; SCHNEIDER, Mirian Beatriz. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural no Brasil: FHC e Lula. Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas, v. 4, n. 1, p. 3-20, 2020.

VECINA. Cecília Cruz. O II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula: uma análise para além do aparente. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. 2012. ISSN 1983-487X.